



# Fórum Administrativo – FA

## Belo Horizonte, ano 17, n. 193, mar. 2017

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Fazenda Pública em juízo: fundamentos para a prerrogativa de prazos diferenciados  
*Daniel Luz*
- ◆ A presidencialização do poder Legislativo e a parlamentarização do poder Executivo no Brasil  
*Derly Barreto e Silva Filho*
- ◆ A prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário por ato de improbidade administrativa e o Tema nº 897, do e. Supremo Tribunal Federal  
*Gina Copola*
- ◆ Servidores de Conselhos de fiscalização profissional – demissibilidade  
*Ivan Barbosa Rigolin*
- ◆ A controvérsia sobre a estabilidade dos membros de comissões disciplinares na esfera federal brasileira  
*Luciano Rosa Vicente*
- ◆ A legalização do nepotismo na Administração Pública frente à inefetividade da Súmula Vinculante nº 13 em relação aos cargos políticos  
*Rafael Niebuhr Maia de Oliveira, Irma Aurora Libardo Einloft*
- ◆ A relativização da inviolabilidade domiciliar e do direito de propriedade em prol da saúde pública  
*Rebeca Ferreira Brasil, Leandro Oliveira Pernambuco*

#### Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Aplicação de duas penalidades em razão do mesmo fato

### Jurisprudência Selecionada

#### Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**  
Direito Tributário e Previdenciário – Recurso Extraordinário – Servidor público – Lei estadual que eleva as alíquotas da contribuição previdenciária dos servidores – Alegação de inconstitucionalidade – Repercussão Geral reconhecida

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Processo Civil – Administrativo – Ação Rescisória – Servidor público federal – Prazos de duração do estágio probatório e da aquisição de estabilidade – Efeitos patrimoniais do Mandado de Segurança – Temas não pacificados à época da prolação do acórdão rescindendo – É incabível Ação Rescisória balizada na modificação da interpretação de norma federal – Súmula nº 343 do STF
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
Direito Administrativo – Direito Civil – Concurso público – Técnico Bancário da Caixa Econômica Federal - CEF – Candidata menor emancipada – Aquisição da plena capacidade civil – Direito a posse – Sentença reformada
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**  
Direito Administrativo – Improbidade Administrativa – Servidores médicos do Ministério da Saúde cedidos ao Município de Bom Jardim/RJ – Ausência ao serviço – Recebimento dos vencimentos – Dispensa verbal – Baixa produtividade no município cedido em decorrência da ausência de critério de controle adequado, problemas de comunicação e de falta de equipamentos adequados – Ausência de dolo
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**  
Previdenciário – Mandado de Segurança – Reconhecimento de atividade especial – Guarda municipal – Aposentadoria especial – Requisitos preenchidos
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**  
Administrativo – Ação Civil Pública – Improbidade administrativa – Violação dos princípios da Administração Pública prevista no artigo 11, caput e inciso I da Lei nº 8.429/92 – Agente e papiloscopista da Polícia Federal – Utilização indevida de arma de fogo e veículo pertencentes à Administração
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**  
Ação Civil Pública – Administrativo – Proteção da propriedade de valor histórico – Implantação de plano de circulação no entorno do centro histórico da cidade de São Cristóvão/SE, tombado como patrimônio nacional e mundial – Conduta omissiva – Demanda proposta pelo MPF contra a União, o município de São Cristóvão/SE e o IPHAN – Reconhecimento, de ofício da ilegitimidade passiva do IPHAN

#### **Ementário**

- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Responsabilidade Civil do Estado
- ◆ Servidor Público

#### **Tendências Jurisprudenciais**

- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Previdenciário
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

## **Legislação Comentada**

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 83)  
*Antônio Flávio de Oliveira*

## **Legislação**

- ◆ Informativo de Legislação



# Fórum Administrativo – FA

## Belo Horizonte, ano 17, n. 194, abr. 2017

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ A advocacia pública e o controle de juridicidade  
*Diógenes Ivo Fernandes de Sousa Silva*
- ◆ Revisitando o instituto da desapropriação: uma agenda de temas para reflexão  
*Betânia Alfonsin*
- ◆ As prerrogativas da Fazenda Pública no novo Código de Processo Civil e os limites diante do princípio do devido processo legal administrativo  
*Emerson Affonso da Costa Moura*
- ◆ Procedimentos autorizatórios e silêncio da Administração Pública  
*Francisco Lobello de Oliveira Rocha*
- ◆ Lassale, Hesse e o Direito Penal Internacional  
*Henrique Pandim Barbosa Machado*
- ◆ Desafios de inovação na administração pública contemporânea: “destruição criadora” ou “inovação destruidora” do direito administrativo?  
*Irene Patrícia Nohara*
- ◆ A função social e a usucapião dos bens públicos: uma releitura a partir da constitucionalização do ordenamento jurídico  
*Rafael Carvalho Rezende Oliveira , Thaís Boia Marçal*

#### Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Atestado de Funcionamento

### Jurisprudência Selecionada

#### Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**  
ADI – Direito Tributário – Conselhos profissionais – Autarquias federais – Contribuição social de interesse profissional – Anuidades – Artigo 149, da CF/88 – Capacidade contributiva – Legalidade tributária – Praticabilidade – Parafiscalidade – Lei nº 12.514/2011
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Penal e Processo Penal – Recurso Especial – Embargos Infringentes – Servidor público – Gerente dos Correios – Recebimento de vantagem indevida – Crime de corrupção passiva – Afastamento da tipicidade

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
Constitucional – Administrativo – Procurador da República – Estágio probatório – Vitaliciedade – Prazo de dois anos – Procedimento administrativo específico – Julgamento após o prazo – Vitaliciedade assegurada – Necessidade de decisão judicial
- ◆ **Tribunal Regional Federal 2ª Região**  
Administrativo – Servidor público – Reenquadramento – Cargo de vigilante – Reconhecimento administrativo – Termo inicial da condenação – Desnecessidade de dotação orçamentária
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**  
Previdenciário – Mandado de Segurança – Guarda municipal – Reconhecimento de atividade especial – Aposentadoria Especial – Requisitos preenchidos
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**  
Administrativo – Constitucional – Servidor público – Acumulação de cargos públicos de Procurador Federal e Professor – Art. 37, inciso XVI, b, da CF/88 – Designação para exercer coordenação de curso – Pretensão de afastamento do cargo de procurador com manutenção da remuneração – Descabimento – Art. 120 da Lei nº 8.112/90
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**  
Concurso Público – Técnico em enfermagem – Sistema de cotas raciais – Autodeclaração – Artigo 3º da Lei nº 12.990/14 – Enquadramento da condição de afrodescendente – Permanência do candidato nas vagas de cotista

#### **Ementário**

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

#### **Tendências Jurisprudenciais**

- ◆ Administrativo
- ◆ Servidor Público

#### **Legislação Comentada**

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 84)  
*Antônio Flávio de Oliveira*

#### **Legislação**

- ◆ Informativo de Legislação